

Novo colapso na Saúde ameaça parar os

Geraldo Magela

Quinta-feira, 27/1/94 • 9

hospitais

A Federação Brasileira de Hospitais (FBH) vai convocar uma reunião de emergência com as associações estaduais de todo o País para discutir a suspensão do atendimento médico através do Sistema Único de Saúde (SUS). A decisão poderá ser adotada porque o Governo já anunciou que dispõe de apenas CR\$ 40 bilhões para pagar os débitos referentes ao mês de dezembro à rede conveniada, quando a dívida chega a CR\$ 150 bilhões, e, além disso, que terá dificuldades para cumprir os mesmos compromissos durante todo o ano.

Os números foram repassados durante reunião com representantes do setor de assistência médica pelo ministro da Saúde, Henrique Santillo, que traçou um quadro "altamente preocupante", na avaliação do presidente da FBH, Carlos Eduardo Ferreira. "Além de não ter como pagar o débito já vencido, o ministro deixou claro que haverá dificuldades para quitar os meses subsequentes até a aprovação do Orçamento de 1994, o que só acontecerá em abril, na melhor das hipóteses", acrescentou.

Em meio a rumores de que pretende deixar o ministério em abril, para disputar o governo de Goiás, Santillo disse aos participantes do

encontro que pretendia tentar resolver o problema de maneira pouco ortodoxa. Pediu o apoio das entidades para tentar assegurar mais recursos para o setor de saúde, numa luta em que pretendia mobilizar até mesmo as centrais sindicais, como a CUT e a CGT. Para o presidente da Frente Parlamentar de Saúde, deputado Chafic Farhat (PPR-SP), a questão é ainda mais complexa do que afirma, Santillo. No Orçamento de 94, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, destinou para o setor US\$ 8,1 bilhões, quando seriam necessários, no mínimo, US\$ 19 bilhões. "Pela proposta atual, serão US\$ 63 per capita/ano, uma das mais baixas taxas do mundo em aplicação em saúde", explicou o deputado, que também é presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo. "E o dinheiro vai acabar antes de julho", criticou.

Enquanto o ministro da Saúde tentava buscar adesões à sua cruzada de mais recursos visitando o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Farhat seguiu pelo caminho inverso. Protocolou no Gabinete Civil documento solicitando ao presidente Itamar Franco alterações na Medida Provisória nº 393.